

# A EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR NO CENTRO DE ESTUDOS MUSICOLÓGICOS DA BIBLIOTECA NACIONAL

*Maria Catarina Latino*

*Maria Clara Assunção*

*Sílvia Sequeira*

Centro de Estudos Musicológicos

Biblioteca Nacional

Campo Grande, 83

1749-081 Lisboa

Tel: 217982000

E-mail: [clatino@bn.pt](mailto:clatino@bn.pt), [massuncao@bn.pt](mailto:massuncao@bn.pt), [ssequeira@bn.pt](mailto:ssequeira@bn.pt)

## RESUMO

O Centro de Estudos Musicológicos da Biblioteca Nacional herdou, em 1997, as funções da Área de Música (criada em 1991). Reunir, conservar e difundir o seu vastíssimo acervo e garantir o seu processamento bibliográfico e ainda assegurar serviços, presenciais ou à distância, são funções que têm vindo, ao longo dos anos, a ser cumpridas por uma pequena equipa de funcionários reduzida, actualmente, a duas musicólogas, uma bibliotecária e uma auxiliar. Funcionando como uma biblioteca especializada dentro da própria Biblioteca Nacional, tem sido fundamental a estreita e contínua colaboração entre a bibliotecária e as técnicas com formação específica em música e musicologia. Nesta comunicação narra-se a experiência de cada uma das técnicas, as suas diferentes sensibilidades perante o trabalho de uma biblioteca, as diferentes aprendizagens e a sua influência nos métodos de trabalho desenvolvidos ao longo dos anos. Relata-se, também, o papel insubstituível dos utilizadores, nas suas diferentes especialidades, e a aprendizagem que o contacto directo e diário proporciona, num serviço onde os gabinetes de trabalho são contíguos à sala de leitura e permanecem sempre de porta aberta. Este diálogo interdisciplinar permanente é determinante no trabalho técnico e normativo, em todas as fases da cadeia documental, desde as aquisições ao armazenamento e difusão da informação, passando pelo processamento, tendo especial relevância nas práticas de catalogação, indexação e classificação que têm, necessariamente, especificidades que as distinguem das aplicadas a outras colecções.

## PALAVRAS-CHAVE

Bibliotecário, musicólogo, biblioteca nacional, biblioteca especializada, investigação musicológica, interdisciplinaridade.

## INTRODUÇÃO

A Área de Música da Biblioteca Nacional, criada em 1991, recebeu em 1997 a designação de Centro de Estudos Musicológicos (CEM), sendo equiparada a divisão e passando a depender directamente do Director da BN.

O CEM tem como missão reunir, conservar e difundir o património documental musical existente em Portugal (partituras manuscritas ou impressas, libretos, monografias, programas, cartazes, correspondência, fotografias e outros materiais associados à produção musical, discos, etc.), garantindo o seu processamento bibliográfico e tendo vindo a enriquecer as suas colecções tanto através do depósito legal como por aquisição de obras de reconhecido valor bibliográfico e/ou cultural, facultando o seu acesso e não descurando, paralelamente, a preservação do seu acervo.

Garante o funcionamento da respectiva Sala de Leitura e Depósitos, e assegura serviços, presenciais ou à distância, destinados a satisfazer as necessidades dos utilizadores em informação, investigação e fruição cultural, de acordo com os objectivos da sociedade de informação e do conhecimento, e participa na bibliografia nacional portuguesa e no catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas – PORBASE – Base Nacional de Dados Bibliográficos, difundida e coordenada pela Biblioteca Nacional.

### Os recursos humanos

Numa biblioteca especializada é indispensável a estreita e contínua colaboração entre o bibliotecário e o técnico superior com formação científica específica na área de conhecimento abrangida pela biblioteca. Este equilíbrio nem sempre é fácil de manter. Pode haver uma tendência para sobrevalorizar o papel do bibliotecário, centrando o trabalho do serviço nas funções de

organização e gestão, ou a tendência para sobrevalorizar o papel do especialista no tema da biblioteca, centrando o trabalho do serviço nas funções de selecção e tratamento da informação. Ambos são indispensáveis.

Fundamental é que exista pessoal técnico superior de documentação suficiente para garantir que a gestão do serviço, o tratamento da documentação e a gestão das colecções, o acesso e difusão da informação se realizam com eficácia e eficiência, ou seja, com correcção técnica, em tempo útil e com o mínimo de custos. O pessoal com formação científica específica deverá ser suficiente para dar vazão às necessidades de selecção para aquisição, ao tratamento documental de conteúdo e ao apoio científico aos utilizadores, nomeadamente o apoio à investigação. Deve também haver um trabalho de "antecipação da pergunta" para o qual o especialista no tema da biblioteca está especialmente preparado.

### **Diversidade de documentação**

Com a designação genérica de 'Colecções de Música', o CEM reúne uma grande quantidade de documentos, de uma diversidade assinalável. Numa avaliação ainda provisória, podem encontrar-se aqui mais de 100.000 obras, divididas em vários núcleos. Neles sobressaem, pela dimensão, os fundos originais da BN e os fundos provenientes tanto do Conservatório Nacional, essencialmente música, como do Teatro de São Carlos, que inclui música manuscrita e material de arquivo de natureza diversa. Mas são de assinalar também os fundos associados a instituições mais modestas ou a compositores. Destaca-se nestes últimos o Espólio do compositor Augusto Machado (1845-1924), que se encontra catalogado praticamente na totalidade, sendo um reflexo da experiência interdisciplinar que procuramos desenvolver. Ou ainda o Espólio de Armando José Fernandes (1906-1983), cujo centenário do nascimento se celebrou no decorrer de 2006, tendo sido assinalado com uma mostra da qual resultou um documento que, pretendendo ser apenas um auxiliar para o investigador, foi mais uma vez o resultado de uma estreita colaboração entre as três técnicas do CEM. Os fundos em depósito no CEM são enriquecidos regularmente com doações de dimensões variadas, ofertas de obras isoladas e com as obras entradas por Depósito Legal.

### **Conteúdos**

Pode-se considerar que os fundos de música da BN são constituídos essencialmente por duas grandes categorias: Música Sacra e Ópera. Mas um trabalho mais pormenorizado permite reconhecer agora que há muito mais música instrumental do que se supunha há alguns anos, sobressaindo a música para instrumentos de tecla (cravo, piano e órgão) e para diversos conjuntos instrumentais. Esta dimensão torna os conteúdos dos fundos de música do CEM apelativos para um grupo maior e mais variado de utilizadores.

Em termos quantitativos, a música impressa e a manuscrita são equivalentes, embora até agora tenha sido prioritária a catalogação da música manuscrita, tanto pelo interesse de se tratar de obra únicas como

pelo desafio de resolver as questões que se colocam no seu tratamento.

### **Âmbito cronológico**

Em termos muito gerais, o período que abrange os séculos XVIII e XIX e a primeira metade do século XX é o que se encontra mais bem documentado. No entanto existem no CEM documentos musicais do século XI ao século XXI, com a diversidade de questões inerentes ao tratamento de obras tão diferentes como as de um fragmento de pergaminho do século XI, com um excerto de uma ladainha, ou a de uma partitura para grande orquestra, coro e solistas, de um compositor actual.

## O PAPEL DO MUSICÓLOGO: DUAS EXPERIÊNCIAS

### Uma Instrumentista no CEM – um Testemunho

Com uma formação diversificada, tanto em História como em Música prática e em Ciências Musicais, a investigação foi sempre um aliciante para mim. O meu contacto com Bibliotecas não foi apenas o de leitora, colaborando no funcionamento dos Centros de Documentação das várias instituições que frequentei. Mas em tempo de opções profissionais, foi a música que se impôs, do que resultaram 22 anos de actividade na Orquestra do Teatro Nacional de São Carlos, em paralelo com a actividade solista e de música de câmara, e 14 anos de ensino no Conservatório Nacional. Por motivos variados, associados em grande parte à falta de atenção dada em Portugal aos seus instrumentos culturais, fui forçada a abandonar em 1992 o lugar na orquestra; daí resultou a realização de uma aspiração comum a muitos músicos – o acesso a um grau de ensino superior – concluindo em 1997 a licenciatura em Ciências Musicais.

Entretanto, o vínculo à função pública que obtivera no Teatro permitiu o meu ingresso no CEM, em Janeiro de 1998.

Desde então, entre a formação que fui adquirindo na BN nos diversos cursos Porbase, e o contacto directo com o funcionamento do CEM, com os diversos saberes dos seus vários elementos, e ainda com o alvo de toda esta conjugação de elementos, o leitor, foi-se desenvolvendo em mim um conhecimento mais profundo do CEM, dos seus conteúdos e dos seus objectivos.

Esta conjugação de uma formação e experiências eminentemente práticas com a formação teórica dada pela musicologia permite uma visão muito alargada dos interesses dos utilizadores, bem como alguma facilidade em encontrar a resposta adequada a vários tipos de questão. Como exemplo de uma situação que tem uma faceta cómica, recentemente tive de improvisar num bloco de notas uma pauta para escrever a melodia que um investigador me ditava telefonicamente da Bélgica. Também o conhecimento do meio musical português tem permitido agilizar processos, nomeadamente no que se refere à integração de doações nos fundos de música da BN e na procura da música destinada a ilustrar os diversos eventos que têm lugar na BN.

Metaforicamente, apetece-me dizer que o CEM funciona agora como um bem ajustado quarteto instrumental. Cada instrumentista tem a sua função específica, que requer a sua formação e treino próprios, só adquirindo sentido no trabalho de conjunto. Como responsável pelo funcionamento deste conjunto, cabe-me a criação de um bom ambiente de trabalho que fomite entre os vários elementos um verdadeiro espírito de equipa. Como tal, tentamos que tudo seja discutido regularmente, aproveitando os conhecimentos e as especialidades de cada uma, à medida que as situações vão surgindo; assim, as reuniões que tantas vezes estão associadas ao desperdício de tempo são feitas apenas quando é preciso discutir algum assunto, e demoram no máximo 15 minutos.

### Da escola à biblioteca

Quando em 2000 surgiu a oportunidade de trabalhar no CEM, pouco ou nada sabia sobre o trabalho numa biblioteca. A minha formação em música tinha, até então, sido utilizada essencialmente para o ensino e, algum tempo antes, a vontade de aprender tinha-me levado a concluir uma licenciatura em Ciências Musicais. Comecei por trabalhar com manuscritos musicais, a identificar, inventariar e, à medida que fui ganhando consciência do volume de documentos existentes no CEM (mais de 100 000!) e da minha falta de conhecimentos em biblioteconomia para a sua descrição, percebi que necessitava de formação nessa área. Frequentei cursos de formação Porbase que me permitiram conhecer regras de catalogação e indexação, formatos, mas foi e é através da experiência quotidiana que estes saberes se têm consolidado.

A familiarização com métodos de investigação e o contacto diário com os documentos manuscritos permitem-me agora identificar grafias de compositores, datar documentos com maior precisão, e os conhecimentos que adquiri sobre descrição bibliográfica, os que tenho sobre música e, paralelamente, a troca de impressões com colegas e leitores, procurando saber e antecipar o que procuram, tudo conjugado resulta numa melhoria da qualidade e da quantidade de informação dos registos bibliográficos e, claro, no enriquecimento do nosso catálogo.

## O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO

### Uma Bibliotecária entre Musicólogos

Numa biblioteca especializada o bibliotecário tem de se confrontar com conhecimentos específicos da área temática da biblioteca e, não tendo de os dominar, tem, pelo menos, de lhes ser familiar. No meu caso concreto, tendo uma história pessoal ligada à música, desde a infância, como actividade amadora, a minha chegada ao CEM (então ainda com a designação Área de Música) significou a necessidade de adquirir conhecimentos teóricos que, até então, não me tinham sido necessários. Tudo começou no inventário dos livros de coro, quando tive de aprender a identificar e descrever tipos de notação musical, cânticos, festas litúrgicas, tudo conhecimentos que são comuns aos musicólogos e que eram completamente novos para mim. Na verdade, nessa altura, era tudo novo para mim porque os Cursos de Ciências Documentais só vieram depois, primeiro na variante de Arquivo e depois na de Biblioteca e Documentação. Com o tempo, houve ainda outras aprendizagens. Conhecimentos que permitem reconhecer a apresentação musical – partitura/parte, partitura de bolso, partitura vocal, etc. – identificar tonalidades, géneros e instrumentos musicais em várias línguas, reconhecer claves (não só as de Sol e de Fá, que já me eram familiares), identificar a tonalidade e o compasso. Embora me tenha inscrito numa escola de música, onde pude obter conhecimentos mais sistematizados, foi em primeiro lugar no contacto diário com as colegas musicólogas e, muitas vezes, com os

próprios leitores, que mais aprendi e continuo a aprender.

Ao longo dos anos fui trabalhando com outros materiais, principalmente música impressa, e confrontei-me com as dificuldades inerentes a uma normativa deficitária, cheia de lacunas, capaz apenas de resolver os casos óbvios e dissociada da realidade diária de uma biblioteca de música onde o trabalho é tudo menos óbvio. Um bibliotecário espanhol referia-se às normas biblioteconómicas relacionadas com a música como uma «liturgia normativa» cheia de cabeçalhos de assunto inúteis, classificações delirantes, prioridades de descrição alheias às necessidades dos utilizadores de música e possibilidades de recuperação de documentos contrárias às suas expectativas.

Consciente destes problemas, acabei por mergulhar a fundo na teoria da catalogação e na normativa, particularmente a norma internacional de descrição bibliográfica para a música impressa, mas também nas regras existentes para a descrição de manuscritos musicais, a aplicação do UNIMARC, as regras para a construção dos títulos uniformes, a construção de cabeçalhos de assunto musical e o “último grito” da catalogação: os FRBR e a sua aplicação à música. É esse o papel que me cabe neste jogo interdisciplinar. Estudar as regras e normas, testar a sua aplicabilidade, acompanhar o trabalho das colegas, compilar as perguntas dos utilizadores, voltar às regras e tentar encontrar as soluções de compromisso possíveis entre uma prática que se exige normalizada – estamos na agência bibliográfica nacional que é, também, a entidade normalizadora – e a necessidade de prestar o melhor serviço possível aos nossos utilizadores, na sua maioria alunos de mestrado e doutoramento, logo, com práticas de pesquisa altamente sofisticadas.

Mais recentemente, no trabalho com os espólios de compositores, a formação em arquivo tem sido de grande utilidade mas, mais uma vez, não é suficiente. Tenho-me debruçado sobre o estudo da teoria arquivística e da sua aplicação aos espólios recolhendo exemplos de outros países, em particular o Canadá, que tem desenvolvido bastante trabalho nesta área, mas também a prática francesa e, mais recentemente, a prática desenvolvida pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mas, mais uma vez, o contacto com os musicólogos tem sido indispensável. Sem esse contacto, seria impossível para mim compreender de que forma a descrição do espólio de um compositor pode facilitar ao investigador a compreensão da sua obra.

#### **A INTERDISCIPLINARIDADE: MAIS DO QUE UMA OPÇÃO, UMA NECESSIDADE**

A interdisciplinaridade numa biblioteca especializada, mais do que uma opção, é uma necessidade. Mas o CEM é mais do que uma biblioteca especializada: na verdade, cumpre as funções de duas unidades documentais (ou duas tipologias de unidade documental) numa só: é um centro de documentação

patrimonial (como parte integrante da Biblioteca Nacional) e é uma biblioteca de investigação. Aos dois eixos fundamentais – salvaguarda/preservação e investigação – correspondem duas vocações que não se podem nem devem sobrepor mas antes complementar e reforçar mutuamente. Acresce que, na vertente patrimonial, o CEM recolhe também documentação de natureza arquivística, a qual tem um lugar particularmente relevante no contexto da investigação musicológica.

As disciplinas envolvidas numa unidade documental como o CEM distribuem-se por áreas de conhecimento que vão desde a biblioteconomia geral à arquivística, do património cultural em geral ao património documental e musical em particular, passando pela musicologia, pela história e pela história da arte, entre outras.

A musicologia é interdisciplinar na sua essência, podendo abordar-se uma obra musical sobre diferentes perspectivas: histórica, sociológica, analítica, estética, filosófica, política, filológica, antropológica.... O musicólogo deve ter uma visão plural da obra musical devendo para isso munir-se dos conhecimentos necessários à abordagem que pretenda dar à sua investigação. No primeiro ano da licenciatura em Ciências Musicais, um dos professores mencionava os conhecimentos necessários ao musicólogo: história, sociologia, antropologia, paleografia, filosofia, análise..., e, relativamente ao conhecimento de línguas, inglês, francês, alemão, italiano, castelhano, latim e “também um bocadinho de grego e cirílico”. É claro que isto parece exagerado, mas vejamos, o que é a musicologia? Em termos latos, é a ciência que estuda e produz conhecimento sobre música. Se procurarmos uma definição mais completa do termo rapidamente constatamos que esta tem sofrido várias alterações na sua definição, de acordo com a época e até com a localização geográfica.

Em 1955 um comité da American Musicological Society (AMS) definiu a musicologia como “uma área de conhecimento que tem como objecto a investigação da arte da música como um fenómeno físico, psicológico, estético e cultural”. Podemos afirmar que o último destes atributos lhe confere um âmbito considerável, apesar da música, e música como “arte”, permanecer no centro da investigação.

Um outro ponto de vista é baseado na ideia de que o estudo avançado da música deve ser centrado não apenas na música mas também nos músicos que agem dentro de um contexto social e cultural. A deslocação da música como produto para a música como processo que envolve vários intervenientes (compositor, intérprete e consumidor/ouvinte), integrando novos métodos, alguns deles emprestados das ciências sociais, particularmente da antropologia, etnologia, linguística, sociologia e, mais recentemente, de estudos políticos, de género e de teoria cultural. Com eles a musicologia partilha um respeito comum pelo uso de padrões críticos no tratamento de provas, o uso de critérios objectivos na avaliação de fontes, a criação de uma narrativa coerente envolvendo explanação e partilha dos

resultados de pesquisa com uma comunidade de especialistas informados.

Do mesmo modo, os resultados da pesquisa musicológica não servem apenas a músicos e musicólogos, alguns dos nossos leitores vem de áreas tão distintas como a arquitectura, a linguística ou a antropologia.

Esta natureza múltipla e complexa do CEM tem implicações na formação e nas características dos recursos humanos. A qualidade do serviço prestado pelo CEM passa muito pelo ambiente humano, pela colaboração constante e pelo desenvolvimento de uma verdadeira cultura de interdisciplinaridade. Não se pode ainda falar de uma biblioteconomia musical, enquanto disciplina autónoma e consolidada, nem em Portugal nem em países supostamente mais desenvolvidos. Não obstante os numerosos estudos, manuais e trabalhos sobre biblioteconomia, quer na sua vertente mais técnica, quer na vertente teórica e conceptual, o trabalho em bibliotecas patrimoniais e em bibliotecas de música continua a basear-se mais em práticas aprendidas no terreno, no contacto quotidiano com os materiais, na aprendizagem corporativa, na reprodução de hábitos e rotinas adquiridos, do que em teoria estabelecida. No caso da documentação musical, à insuficiência de regras, normas e métodos de trabalho perfeitamente estabelecidos alia-se uma falta de uniformidade nas práticas correntes das bibliotecas de música em Portugal e a nível internacional.

Na prática, isto traduz-se num dia-a-dia cheio de perguntas cruzadas. As decisões vão sendo tomadas a pouco e pouco, caso a caso, desconstruindo e reconstruindo as regras, fazendo, testando e fazendo outra vez. Não deve passar um dia em que não haja uma pergunta do tipo «como farias neste caso?». Quando se chega a uma conclusão definitiva sobre "como fazer", é mais uma peça que se encaixa. Mais uma decisão tomada: «a partir de agora fazemos assim». A escolha de um termo de indexação raramente é imediata. Às vezes pergunta-se a um leitor. Há questões que ficam "penduradas" até o dia em que um determinado leitor apareça e dê o seu parecer. O contrário também acontece. Os leitores pedem ajuda quanto à forma de elaborar uma bibliografia ou de organizar um catálogo. Também de outras bibliotecas nos pedem ajuda e nós ajudamos como podemos, procurando transmitir os nossos conhecimentos e as nossas experiências mas também sentimos falta de novos conhecimentos e da experiência de outras pessoas.

Não se pense, contudo, que o trabalho se faz na base de decisões casuísticas. O que acontece é que o número dos casos omissos nas normas é suficiente para construir um verdadeiro *corpus* de exemplos que, por si só, justificaria uma adenda à normas existentes. Ao longo dos anos, a discussão diária – e note-se que nem sempre estamos de acordo e isso também reflecte as visões distintas do bibliotecário e do investigador – tem permitido acertar decisões e pormenores, estabelecer práticas comuns que se reflectem no próprio catálogo:

podemos, sem grande margem de erro, distinguir os registos mais antigos dos mais recentes, pelas diferenças que apresentam.

### **O perfil do bibliotecário de música**

Já ouvi alguém dizer que o bibliotecário é o último dos humanistas. Com efeito, nesta época de especialização crescente em que cada um tende a saber cada vez mais acerca de cada vez menos - atingindo, eventualmente, o paradoxo de chegar a saber tudo acerca de nada - o papel do bibliotecário afigura-se sempre e transdisciplinar, simultaneamente aglutinador e catalizador de saberes diversos. O saber específico do bibliotecário é a organização e gestão da informação e dos seus suportes; o seu saber não específico é todo o restante que for necessário.

Poderíamos tentar perceber ou delinear o perfil ideal do bibliotecário de música. Esse exercício foi feito nos Estados Unidos, durante os anos 90: apenas algumas das características consideradas como fazendo parte do bibliotecário de música "ideal" seriam: formação superior em música, formação superior em biblioteconomia, conhecimento de uma língua estrangeira, experiência como músico intérprete, familiaridade com métodos de investigação. Mas a lista é muito maior. Talvez sejam características que se consigam encontrar em quantidades apreciáveis num país com a dimensão dos E.U. mas, no nosso contexto, só no conhecimento de línguas estrangeiras podemos, seguramente, passar à frente deste perfil.

De resto, numa unidade com as características do CEM, este bibliotecário de música teria ainda de ter uma preparação que o mencionado perfil não contempla como arquivologia, livro antigo, manuscritos, paleografia, latim, liturgia, várias línguas estrangeiras, etc. Tal "super-bibliotecário" não existe e é duvidoso que seja desejável porque da discussão e troca de saberes nasce muito mais conhecimento do que da acumulação numa só pessoa.

Por outro lado, a biblioteconomia musical está longe de se afirmar como disciplina autónoma no seio das Ciências da Documentação e da Informação. A própria designação "biblioteconomia musical" é redutora porquanto exclui a arquivologia musical, absolutamente essencial e indissociável daquela. Iguamente redutor será considerar a biblioteconomia musical como uma mera acumulação de saberes distintos.

Acima de tudo, é fundamental, numa unidade como CEM, uma colaboração próxima, um espírito de equipa e uma grande humildade e vontade de aprender por parte de todos os seus agentes; como num laboratório onde se experimenta, se mistura, se interligam todos os elementos para se chegar à fórmula final.

### **BIBLIOGRAFIA**

TORRES MULAS, Jacinto – La colección documental en bibliotecas de conservatorios y escuelas de música. In JORNADAS SOBRE BIBLIOTECAS EN CONSERVATORIOS Y ESCUELAS DE MUSICA, Vitoria, 5, 6 e 7 Outubro 1995 – ponencias

SADIE, Stanley, ed. – The new Grove dictionary of music and musicians. London : Macmillan, 2002